

**XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e
14ª Conferência Internacional de História de Empresas**

Criciúma, 24, 25 e 26 de setembro de 2019



**FINANCEIRIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E A DINÂMICA
DESIGUAL DA URBANIZAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO:
ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE O CASO DO RIO DE JANEIRO**

João Paulo Davi Constantino

FINANCEIRIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E A DINÂMICA
DESIGUAL DA URBANIZAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO:
ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE O CASO DO RIO DE JANEIRO

*FINANCIALIZATION, ECONOMIC RESTRUCTURE AND THE DYNAMICS OF URBAN
INEQUALITY IN CONTEMPORARY CAPITALISM: SOME REMARKS ABOUT THE RIO DE
JANEIRO CASE*

João Paulo Davi Constantino¹

RESUMO

Cidades são, por natureza, locais de produção e reprodução de desigualdades. A partir do desenvolvimento capitalista contemporâneo, com o fenômeno da financeirização e da reestruturação econômica, novos desafios se impõem no contexto das cidades, apontando para o efeito do movimento capitalista no espaço físico e suas possíveis consequências. O objetivo deste trabalho será traçar alguns comentários iniciais a respeito desta dinâmica, com destaque para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e para os efeitos da concentração da renda e da riqueza sobre o espaço urbano. Primeiramente, serão analisadas as relações entre a desigualdade e os contextos urbanos, para então partirmos para uma discussão da dinâmica concentradora de renda frente a financeirização. Passando também pelo debate do impacto da reestruturação econômica nos espaços metropolitanos, o trabalho apontará essencialmente para os reflexos da estrutura sociocupacional na organização territorial da metrópole na era do capitalismo contemporâneo, mostrando que a RMRJ se constitui como um espaço segregado, com tendência de elitização das áreas já nobres frente os movimentos atuais do capitalismo.

Palavras-chave: Financeirização, Desigualdade Urbana, Rio de Janeiro, Segregação, Capitalismo Contemporâneo.

ABSTRACT

Cities are, intrinsically, places of production and reproduction of inequality. With the development of contemporary capitalism, with the financialization phenomenon and the economic restructure, new challenges are imposed within the city context, pointing to

¹ Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas.

the effects of the capitalist dynamic in the physical and constructed space. The aim of this text is to draw some initial commentaries about this dynamics, especially in the context of Rio de Janeiro and the effects of high income and wealth concentration on its urban space. Firstly, the relationship between inequality and the city will be addressed, moving to the debate of the wealth concentration dynamic of the financialization age. Discussing the impacts of the economic restructure phenomenon in metropolitan spaces, the paper will point the reflexes of the occupational structure on the territorial configuration of the city, showing that the metropolitan area of Rio de Janeiro settles as a segregated space, with trends to elitization of already noble areas in the age of contemporary capitalism.

Keywords: Financialization, Urban Inequality, Rio de Janeiro, Segregation, Contemporary Capitalism.

1. Introdução

Cidades são, por natureza, locais de produção e reprodução de desigualdades. Desde o seu início, já nasceram como espaços da concentração social e geográfica de determinado excedente, capturado pelas elites de sua época e direcionado para o seu processo de “enclausuramento” e acumulação. Neste sentido, a urbanização foi sempre um fenômeno de classes, algo que persistiu com a passagem para o capitalismo, e que emerge em condições cada vez mais estreitas e dinâmicas a partir do desenvolvimento capitalista moderno. Sob este regime, a produção de desigualdades ganha um novo contorno, completamente endógeno ao sistema (SINGER, 1973; HARVEY, 2012).

No caso da acumulação capitalista brasileira, as formas em que a desigualdade se estruturou apresenta limites ainda mais dramáticos. A dinâmica concentradora da renda e repressora dos salários, um par presente na história de nossa industrialização, resultou em um caráter específico de urbanização. Este padrão de desenvolvimento produziu desigualdades regionais profundas, além daquelas rurais-urbanas observadas à nível nacional, que revelaram os problemas de disparidade de renda e de acesso aos diversos serviços públicos.

Apesar disto, ao nível intraurbano, a presença da desigualdade pode ser tão marcante quanto no nível nacional, e pode surgir de um número diverso de causas: disparidades e segmentação no mercado de trabalho, crescimento dos setores informais, falta de proteção social, desigualdade de oportunidades, especialmente para educação, captura do aparelho do Estado por parte das elites, discriminação racial, étnica e de gênero etc. (TONKISS, 2013).

As cidades possuem a capacidade de concentrar e embutir padrões de desigualdade que são produzidos em escalas além do seu escopo, seja nacional ou internacional. No entanto, não o fazem com o mesmo ritmo. No espectro deste problema, é evidente que existem cidades mais desiguais que outras, assim como mecanismos do próprio sistema capitalista que operam com maior intensidade em determinados espaços, e em outros nem tanto. Seja como for, o movimento capitalista tende, por suas características endógenas, a aumentar o “*gap*” entre os países ricos e os países pobres, assim como a heterogeneidade entre as regiões, entre as cidades e entre os espaços intraurbanos (MARICATO, 2002). Desta forma, “a cidade tanto cria a expansão econômica como é criada por ela e, mesmo que não fabrique diretamente as condições

materiais para isso passa, inexoravelmente, a comandar e revelar por excelência as ‘leis do jogo’” (BRAUDEL, 2009 *apud* MIOTO, 2015).

Não obstante a crítica do discurso *mainstream* a respeito da irrelevância do debate sobre desigualdade urbana, essa questão se renova e perpetua através do tempo, com novos padrões de desigualdade sendo gerados e com o aumento das disparidades mesmo nas cidades das economias centrais. Um estudo recente do *World Inequality Report*² mostra que desde 1980 a desigualdade tem aumentado no mundo, em diferentes ritmos. Esta desigualdade foi medida pela participação e crescimento na distribuição da renda nacional dos 10% mais ricos, e mesmo em economias europeias a questão tem levantado preocupações.

Entender como essa desigualdade se configura no espaço urbano é tratar o “*design*” das cidades como um problema social, econômico e político, isto é, as condições de desigualdade são projetadas nas cidades contemporâneas enquanto relações espaciais, divisões físicas e “estriações” sociais (TONKISS, 2013). Esta concepção, já introduzida nos trabalhos de Lefebvre e Harvey, coloca então que nenhum aspecto da sociedade e dos espaços das cidades pode ser completamente compreendido se não forem levados em conta os aspectos sociais inseridos neles, e, conseqüentemente, a profunda desigualdade que pode estar instaurada. No caso brasileiro, Villaça (2011) argumenta que nenhum aspecto urbano pode ser explicado se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles. Para o autor, a segregação é o elemento mais importante de manifestação espacial-urbana da desigualdade que impera em nossas cidades.

As novas dinâmicas do capitalismo e da reestruturação econômica, como a liberalização financeira, o aprofundamento das disparidades salariais e o retrocesso do Estado de bem-estar social são fenômenos atrelados ao crescimento das desigualdades. Neste sentido, a financeirização, enquanto uma característica típica da nova forma de acumulação capitalista contemporânea, tem sido também tratada nos estudos urbanos e territoriais com cada vez mais empenho. Esse campo parte do princípio de que a lógica financeira, que se estabelece desde a década de 1980 no capitalismo mundial, não se limita às altas esferas de especulação internacional, mas também ramifica seus efeitos

²<<<http://theconversation.com/global-inequality-is-on-the-rise-but-at-vastly-different-rates-across-the-world-88976>>> Acesso em 20 de agosto de 2018.

sobre o cotidiano da sociedade e sobre o espaço físico. A dinâmica da urbanização e a produção do espaço urbano, nestes termos, são crescentemente afetados pelo capital portador de juros (SANFELICI, 2013). Em termos de desigualdade de renda e riqueza, aprofundados nas últimas décadas de financeirização, são também colocados em movimento mecanismos de segregação e separação do espaço urbano nas principais cidades mundiais, cada vez mais privadas e elitizadas.

Desta forma, o presente artigo se propõe a introduzir alguns elementos do debate a respeito da relação entre financeirização e a dinâmica desigual da urbanização no capitalismo contemporâneo, com destaque para o seu impacto na estrutura socioespacial da região metropolitana do Rio de Janeiro. Além deste primeiro tópico introdutório, o artigo está dividido em mais quatro partes. Na segunda é comentada as facetas em que a desigualdade social se apresenta nos cenários urbanos. A terceira se propõe a discutir alguns elementos essenciais da financeirização e suas conexões com o espaço físico. A quarta esboça alguns comentários a respeito do processo de reestruturação econômica nas metrópoles, também relacionado com o capitalismo contemporâneo. A quinta, por sua vez, traz os conceitos até então discutidos para a realidade da RM do Rio de Janeiro, caracterizando a dinâmica da desigualdade urbana e da segregação na metrópole. Por fim, as considerações finais.

2. A desigualdade e a cidade

Partimos, neste primeiro tópico, para alguns comentários a respeito da relação entre desigualdade, de uma maneira geral, e o espaço urbano. O sociólogo e cientista político norte-americano Charles Tilly, há cerca de vinte anos, desenvolveu em sua obra o conceito de “desigualdade persistente”, ou “desigualdade duradoura”, como a institucionalização de pares categoriais, ou desigualdades pareadas historicamente, como homem-mulher, branco-negro, cidadão-não cidadão, ricos-pobres etc. As categorias pareadas e desiguais seriam consistentes com relações assimétricas que se reiteram em uma ampla variedade de situações, tendo como efeito corrente a exclusão de um dos pares pela atuação do outro. Os seres humanos, nestas categorias, se estruturaram desigualmente há milhares de anos, e estabeleceram sistemas de desigualdade

fundamentados em categorias e através de mecanismos causais como o da exploração e a tomada das oportunidades para si.

Tilly (1998) apresenta a desigualdade como a distribuição desigual de atributos entre um conjunto de unidades sociais tais como indivíduos, grupos ou regiões. Os cientistas sociais, como um todo, focaram a distribuição desigual destes atributos a partir dos conceitos de custo e benefício e da ideia de bens. Entre os bens se encontrariam não apenas a riqueza e a renda, mas também benefícios variados como o acesso e o controle à terra, por exemplo. Destes contextos saltariam as desigualdades persistentes, historicamente definidas, e que envolvem as categorias relacionais, como o autor coloca. Os pares desiguais forneceriam as bases para a exploração e monopolização da riqueza, de um lado, e a retirada de oportunidades de outro.

Embora a análise de Tilly (1998) não tenha sido especificamente direcionada para os espaços urbanos, e apesar dos limites analíticos inseridos na concepção dos pares, os conceitos propostos pelo sociólogo ainda podem constituir um importante ferramental para compreender a luta nas cidades. Por exemplo, um par importante delineado em sua teoria é do cidadão-não cidadão, em que são expostas as condições de desigualdade que muitos migrantes e imigrantes enfrentam em termos de acesso à habitação e ao emprego. No caso da urbanização brasileira, que se desenvolveu com forte fluxo migratório em direção às maiores cidades do país, este par ganha considerável significância.

A questão social da desigualdade tende a se transformar ao longo da história, passando por diversas metamorfoses. No esforço de apresentar como esta questão foi tratada historicamente, o sociólogo Robert Castel (1998) apresentou sua perspectiva a partir da “sociedade salarial”, e daquele “supranumerário de inempregáveis” que se encontram sem emprego e sem as condições de segurança social. Entender como a condição do assalariado se estruturou na sociedade moderna é essencial para entender as fraturas sociais que se encontram expostas, como a exclusão e a segregação. Com relação aos espaços urbanos brasileiros, a socióloga Vera Telles (1993) coloca que a face moderna da pobreza aparece registrada no empobrecimento dos trabalhadores urbanos integrados nos centros dinâmicos da economia do país.

Não obstante, “essa pobreza não é simplesmente fruto de circunstâncias que deixam determinados indivíduos ou grupos sociais desprovidos de recursos que o qualifiquem para o mercado de trabalho. O pauperismo está inscrito nas regras que

organizam a vida social” (TELLES, 1998, s.p.). Desta maneira, a autora afirma que é isso que permite dizer que a pobreza não seja apenas uma condição de carência, que pode ser medida por indicadores sociais. “É antes de mais nada uma condição de privação de direitos, que define formas de existência e modos de sociabilidade” (TELLES, 1998, s.p.).

A perda da condição de trabalhador é a perda da cidadania, e o trabalho, nestes termos, é mais do que trabalho, pois em torno dele estruturam-se redes de relações que configuram formas de sociabilidade, referências de identidade e modos de reconhecimento público. Analisando a contribuição de Castel, Telles (1998) aponta que é esse feixe de relações que define modernamente a condição salarial, mostrando que essa articulação entre trabalho, direitos e proteção social vem sendo desfeita. “E é nessa desmontagem que se configura a questão que Castel procura desvendar, ou seja, uma situação de vulnerabilidade de massa, que evoca situações que se imaginavam definitivamente superadas e que se instalam nos núcleos dinâmicos da modernidade capitalista. O que hoje se designa sob o termo de exclusão, diz Castel, corresponde a processos de "desfiliação", que desconectam indivíduos e grupos sociais das redes de sociabilidade e integração social articuladas em torno do trabalho”.³

Condição salarial, desigualdade econômica e polarização social são conceitos, portanto, que se encontram na raiz da questão da exclusão urbana. O estudo do professor Marcelo Ribeiro do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ), procurou capturar a dinâmica da desigualdade urbana nas grandes metrópoles brasileiras especialmente a partir do Índice de Bem-Estar Urbano, o IBEU, elaborado pelo Observatório das Metrópoles. Este índice se guia a partir da compreensão do que a cidade deve propiciar às pessoas em termos de condições materiais de vida, sendo assim, o que importa são as condições de reprodução social que se constituem e se realizam coletivamente. As desigualdades urbanas se manifestariam quando apenas uma parte da população é capaz de usufruir das condições urbanas necessárias para assegurar seu bem-estar e sua reprodução social - incluídos nestas as questões de mobilidade urbana, condições habitacionais, atendimento de serviços coletivos, infraestrutura urbana etc. - enquanto outros grupos não conseguem acessar à totalidade das condições urbanas necessárias para assegurar sua reprodução social (RIBEIRO, 2016).

³ TELLES, 1998, em artigo para a Folha de São Paulo: << <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs12099814.htm> >> Acesso em 23 de agosto de 2018.

Não obstante, a desigualdade é necessariamente um fenômeno multidimensional. Entender a distribuição mais igualitária dos recursos urbanos como aquela que não se relaciona com o perfil socioeconômico da população implica em compreender que existem outras dimensões de desigualdade e diferenciação entre os diversos grupos sociais inseridos na cidade. Pode-se observar tais dimensões em termos de renda, por exemplo, com uma clara correspondência entre o nível de bem-estar urbano e o rendimento médio da população, na medida em que áreas com os níveis mais elevados de bem-estar urbano são aquelas em que moram as pessoas, em média, com maiores rendimentos⁴.

Novais (2014), analisando o discurso urbanístico e a desigualdade no Rio de Janeiro, aponta Bourdieu e sua análise da distinção, para mostrar como a experiência da cidade, enquanto uma experiência com a ordem e as estruturas sociais, permite que indivíduos e grupos façam equivaler oposições no espaço físico com aquelas do espaço social. Nesta lógica, o espaço físico é uma representação, um simbolismo espontâneo do espaço social, que por si já é definido pela exclusão mútua e pela distinção das partes que o constituem. Além disto, as estruturas sociais que acabam por se tornar elementos do espaço físico contribuem não apenas para impor sua dinâmica sobre os processos materiais como também possibilitam a naturalização da ordem social (BOURDIEU, 1997 *apud* NOVAIS, 2014).

Todas estas questões apontam que, na relação entre as desigualdades produzidas e reproduzidas no tecido social, desenvolvem-se mecanismos de diferenciação e segmentação socioespaciais que estão presentes nas principais metrópoles brasileiras e globais. O fenômeno da diferenciação socioespacial, segundo Ribeiro (2016), se manifesta por haver no interior das metrópoles áreas que concentram, ao mesmo tempo, os recursos coletivos urbanos, as pessoas com maior nível de escolaridade, de renda etc.; ao passo que nas áreas desprovidas dos recursos urbanos se encontra a população com menores níveis de renda, escolaridade e posições inferiores na estrutura social. O autor aponta que, como essas áreas acabam por configurar diferentes perfis socioeconômicos

⁴ Ribeiro (2016) apresenta em seu artigo que as pessoas que moram nas áreas de melhores condições urbanas ganham, em média, 7,3 vezes mais que a média de rendimentos das pessoas que moram nas áreas onde se apresentam as piores condições urbanas.

de seus moradores, há uma maior dificuldade de interação entre os diferentes grupos sociais, denotando o fenômeno da segmentação social.

Em síntese, as condições sociais da população (cor e raça, gênero, rendimento e posição social etc.) e as condições urbanas se mostram interconectadas. As desigualdades urbanas apresentam, em algum nível, relacionamento com as demais dimensões das desigualdades sociais. Estas, por outro lado, também apresentam relacionamento entre si, complexificando as redes de causalidade entre as diversas dimensões das desigualdades sociais e das desigualdades urbanas (RIBEIRO, 2016).

3. Financeirização e a dinâmica da desigualdade no capitalismo contemporâneo

O que os conceitos levantados até então pretendem mostrar é que a desigualdade é um fenômeno multidimensional. Seus reflexos no espaço urbano se dão de diversas maneiras, e estão conectados desde a desigualdades salariais e de riqueza, até desigualdades de raça, gênero, do mercado de trabalho etc. Atualmente, segundo Tonkiss (2013), a desigualdade urbana está se refletindo particularmente através da concentração extrema da riqueza, com a constituição de bairros e regiões das cidades voltados para os mais ricos, com altos aluguéis e alta segurança privada. David Harvey, com o conceito de “Renda Real” em seu texto “*The right to the city*”⁵, também propõe que o direito a cidade tem caído cada vez mais nas mãos de interesses privados ou quase privados, sendo as cidades remodeladas conforme as diretrizes das incorporadoras e da alta classe de rentistas e executivos. A consequência deste movimento é tornar as cidades cada vez mais em condomínios fechados para os mais ricos, ao passo que o processo de urbanização se dá cada vez mais ditado pela escala do capital financeiro.

Na condição das economias desenvolvidas, os termos da desigualdade contemporânea são colocados a partir da reestruturação econômica. Mustard e Ostendorf (1998) argumentavam que o resultado final do processo de reestruturação econômica nessas economias seria o aguçamento da polarização social, isto é, um crescimento nos lados extremos da distribuição socioeconômica⁶. O aumento da desigualdade e da divisão

⁵ Harvey, 2012, p. 86

⁶ “for example an increase in the proportion of households with low skills or low income (many of whom are immigrants) and at the same time an increase in the proportion of people who are highly skilled or the number of households with high incomes” (MUSTARD AND OSTENDORF, 1998, p. 2)

social resultaria, portanto, na inclusão de uma parte da sociedade e na consequente exclusão da outra. A parte excluída perderia oportunidades, meios e capacidades de participar da vida social e urbana, o que seria expressa pela falta de oportunidades no mercado de trabalho urbano, no acesso à educação e saúde, na questão da moradia e do mercado imobiliário, na participação política e cultural da cidade etc. Essas divisões também se refletiriam em padrões espaciais, com separações entre concentrações residenciais dos grupos mais ricos e daqueles mais pobres, resultando em segregação socioeconômica.

Com efeito, desde o final do século XX, o sistema capitalista vem passando por profundas transformações. As redes de proteção e estabilização que durante anos haviam regulado o emprego e a mobilidade social dentro das principais economias começaram a ser desmontadas, conforme os processos de reestruturação e de crise econômica afetavam o sistema. Especialmente a partir dos anos 1970, concomitante com o deslanche dos processos de financeirização da economia, são colocados em movimento a progressiva desvalorização do mundo do trabalho e sua regulação, contribuindo para o aumento da desigualdade.

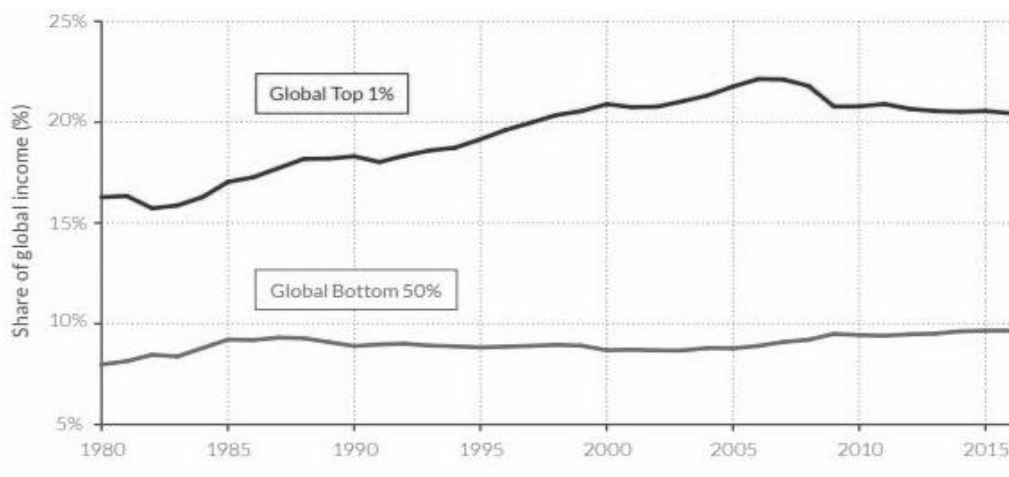
Segundo Dedecca (2010),

Em um período de maior abertura produtiva e financeira das economias, as empresas passaram a reivindicar que o Estado regulamentasse um padrão mais flexível de regulação do contrato e das relações de trabalho, como forma de enfrentar a suposta concorrência desleal das economias marcadas pelos baixos salários, a qual era por elas alimentada com base no processo de descentralização produtiva (DEDECCA, 2010, p. 11).

Ainda segundo o autor, essa dinâmica teria afetado especialmente os estratos inferiores, e em menor nível os níveis intermediários da distribuição da renda, que precisaram lutar para manter sua posição frente ao enfraquecimento da sociedade salarial. Nos estratos superiores, com acesso ao sistema financeiro, a “desvalorização salarial é amplamente compensada por ganhos de renda financeira propiciados pela maior densidade de ativos que as famílias possuem” (DEDECCA, 2010, p.13).

Com efeito, a Figura 1 a seguir, retirada do *World Inequality Report 2018*, demonstra o crescimento da participação do 1% mais elevado na renda global comparada a relativa estagnação dos 50% inferiores.

Figura 1 - Crescimento do Top 1% Global versus Estagnação dos 50% mais pobres Global, 1980-2016



Fonte: World Inequality Report 2018

Voltemos então para a questão de como a dinâmica financeira se estrutura enquanto padrão sistêmico do capitalismo contemporâneo, para então delimitarmos seus impactos sobre a questão social e, finalmente, sobre o espaço urbano.

De acordo com Braga (1997), a financeirização é o padrão sistêmico de riqueza que se origina nos anos 1960 nos Estados Unidos e que se alastra para as demais economias a partir do final do século XX, provocando grandes mudanças no capitalismo mundial. O autor define este padrão como “sistêmico” pois a lógica financeira passa a constituir os elementos fundamentais da organização capitalista, se espraiando pelos diversos setores e segmentos, ditando a “estratégia de todos os agentes privados relevantes, condicionando a operação das finanças e dispêndios públicos, e modificando a dinâmica macroeconômica” (BRAGA, 1997, p. 196).

Não se pode entender o contexto de mudança e transformação no capitalismo contemporâneo sem colocar em perspectiva a ação da potência mundial, os Estados Unidos, e sua retomada de hegemonia a partir dos anos 1970. Braga (1997) coloca que a financeirização enquanto o novo modo de ser da riqueza e seu padrão contemporâneo tem seus marcos institucionalizados nos Estados Unidos e em sua busca de dominância do dólar. Desta forma, os fatores intrínsecos a “esse padrão de riqueza advêm das transformações dos sistemas monetário-financeiros [...] da desregulamentação financeira;

da condução de políticas de globalização pela hegemonia dos Estados Unidos” (BRAGA, 1997, p. 197-198).

Em suas palavras,

Esse é o paradigma que o país hegemônico vem condicionando ao mundo e que, aliado a pressões internas a outras economias, tem-se imposto, em maior ou menor medida, no processo de liberalização financeira e desregulamentação mundial [...] Quase desnecessário frisar que, ao mesmo tempo, o “modelo” já se impõe nas periferias asiáticas e latino-americanas, caracterizando-se nestas pela estabilização monetária, a qualquer custo, em que se salientam a desindustrialização, a desnacionalização e a expansão de circuitos de valorização patrimonial e financeira. (BRAGA, 1997, p.198-199).

Palley (2013) coloca que, de uma maneira geral, a financeirização corresponde ao neoliberalismo financeiro. Este termo caracterizaria a forma pelo qual tanto a macroeconomia quanto a política econômica em geral são dominadas pelos interesses do setor financeiro. Segundo o autor, neoliberalismo e financeirização são dois termos que não podem ser compreendidos separadamente, dada a forma como um se constitui enquanto força motriz do outro.

Neste mesmo caminho, Fine (2013) aponta que a forma com que a financeirização, a partir do corpo das finanças, penetrou as diversas áreas da vida e da reprodução econômica e social, criou terreno para a aplicação direta ou indireta do capital portador de juros, e neste caminho, se tornou o traço característico do período atual do capitalismo. Segundo o autor, “*the distinguishing role of the (advanced) neoliberal state has primarily been to promote the interests and internationalization of capital in general and of finance in particular, an important example being the extent that state finance itself has been financialized*” (FINE, 2013, p. 58).

Os impactos deste novo paradigma na configuração do espaço urbano são explorados por Sanfelici (2013) especialmente a partir da concessão de crédito pessoal, no que toca o movimento que fez com que a classe trabalhadora fosse incluída cada vez mais na dinâmica das finanças privadas para satisfazer diversas necessidades básicas, incluindo sua sobrevivência na cidade. Trata-se da penetração das finanças nas diversas dimensões da vida cotidiana, com o crédito mediando cada vez mais as relações entre os indivíduos. Isso só foi possível, aponta o autor, a partir de “uma ampla reformulação do

sistema de crédito capitalista em sua relação com a acumulação de capital, e as repercussões dessas mudanças sobre os bancos constituíram um nó central na equação” (SANFELICI, 2013, p. 31).

Para isto, as reformas de cunho neoliberal que tomaram os rumos da política econômica em boa parte dos países tanto centrais quanto periféricos a partir do final do século XX foram de extrema importância. Sanfelici (2013) ressalta que as medidas de liberalização dos anos 1980 e o crescimento vertiginoso no volume de recursos controlados por investidores internacionais desencadeou um processo que destituiu os bancos comerciais enquanto principais instituições para financiar o investimento produtivo, fazendo com que a concessão de crédito pessoal surgisse enquanto uma alternativa viável.

A reformulação das atividades bancárias só foi possível mediante a disseminação de uma série de inovações financeiras e tecnológicas. Uma ponta essencial dessas inovações foi o crescimento do uso dos mecanismos de securitização de ativos. De uma maneira geral, o autor aponta a securitização como o “processo de converter determinado fluxo de renda em um ativo apto a ser negociado em mercados secundários” (SANFELICI, 2013, p. 32). As mudanças que acompanharam e que também originaram o padrão do capitalismo atual são bem sumarizadas na passagem de Braga *et al.* (2017) que aponta a financeirização como um padrão sistêmico de riqueza que resultou do colapso do sistema de Bretton Woods:

Financialization is the systemic pattern of wealth in capitalism that derived from the collapse of the Bretton Woods System. It is a pattern that, simultaneously, stimulated and resulted from a set of changes in monetary and financial systems. Among these changes one could mention the consolidation of a flexible-dollar-standard; the rise and prominence of institutional investors regarding the management of financial wealth (“collectivization” of individual savings); large banks turning into real “financial supermarkets”; development of the securitization process (“direct finance” and conversion of non-marketable assets into marketable assets); creation and development of several financial derivatives; exceptional growth of financial markets (bonds and securities); and the consolidation and expansion of financial deregulation and economic liberalization (BRAGA *et al.*, 2017, p. 831)

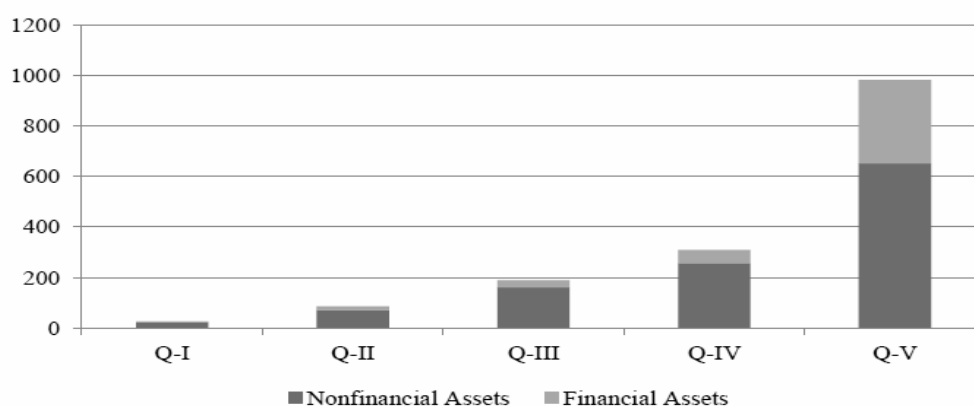
É importante ressaltar, especialmente para os propósitos deste texto, que este padrão sistêmico de riqueza implica profundas transformações no tecido socioeconômico, na medida em que carrega consigo aumentos da instabilidade econômica e o aumento da

concentração de renda. Braga *et al* (2017) reforçam que, ao aumentar os períodos de expansão e também os de contração econômica, esse padrão acaba por gerar ganhadores e perdedores simultâneos. Os autores apontam que *“the high concentration of financial wealth leads to a considerable increase in social inequality, even more so in the absence of adequate policy interventions”* (BRAGA *et al*, 2017, p. 847).

Parte significativa desta relação está na composição da riqueza das famílias, com o aumento dos ativos financeiros enquanto componentes centrais na riqueza das famílias mais ricas. Este é um traço característico desta nova dinâmica do capitalismo contemporâneo e desta forma, *“the gains from the valorization of financial assets and from the increase in income associated to this process reinforce the unequal distribution of income and wealth over time”* (BRAGA *et al*, 2017, p. 847).

Este fenômeno pode ser observado na Figura 2, que apresenta o nível e a composição da riqueza das famílias dos países da OECD por quintil no ano de 2010. O quinto quintil, composto pelos 20% mais ricos, não apenas concentra a maior parte da riqueza como também possui importante contribuição dos ativos financeiros em sua composição, chegando a 30% dos ativos totais.

Figura 2 - Nível e composição da riqueza das famílias por quintil (em milhares de dólares), 2010.



Fonte: Braga *et al*, 2017.

4. Urbanização e o processo de reestruturação econômica nos espaços metropolitanos

As transformações do capitalismo para esse padrão sistêmico de riqueza, acompanhadas dos processos de reestruturação econômica nos países centrais e periféricos, provocaram impactos significativos nos espaços urbanos e nas grandes metrópoles. Especialmente partir dos anos 1990, tais transformações apontaram para a configuração de uma nova base econômica nas metrópoles, que passaram a moldar seus espaços em locais de acumulação para os grupos e elites financeiras. São os espaços metropolitanos que, por excelência, irão constituir o lócus destas mudanças no padrão de acumulação.

É preciso qualificar, primeiramente, os termos gerais do processo de reestruturação econômica nas economias mundiais. A reafirmação da hegemonia americana, a aceleração do processo de globalização e a transformação nos mercados financeiros e nas normas de concorrência foram todos elementos cruciais para se compreender a nova dinâmica das metrópoles, incluindo as brasileiras. Assim como a globalização, que insere as economias nacionais em sua dinâmica de maneira assimétrica, a reestruturação econômica e seus mecanismos também avançou de forma desigual pelos diversos setores e territórios nacionais.

No contexto das metrópoles, a reestruturação econômica se relaciona tanto com o movimento de mudança no padrão de produção industrial e na reespecialização produtiva que ocorre desde a década de 1980 mas, sobretudo, a partir dos anos 1990, quanto com o crescimento de outras atividades, especialmente ligadas à tecnologia. As mudanças ocorridas então apontariam para uma profunda reestruturação decorrente dos novos padrões tecnológicos e organizacionais, com aumento da produtividade e transferência de muitas atividades para o setor terciário (CAMPOLINA DINIZ e CAMPOLINA, 2007).

As transformações tecnológicas e políticas e a crescente abertura da economia brasileira teria então levado à ampliação das relações internacionais, mudando a posição relativa das regiões e das grandes cidades do país. São Paulo, neste sentido, perde posição relativa na produção industrial, mas amplia seu papel como centro das finanças, dos mercados de capitais e de serviços e da integração internacional.

Mattos (2015) analisa as tendências dominantes quanto ao crescimento e expansão dos contextos latino-americanos que mais avançaram em seu processo de reestruturação e globalização, chamando atenção para os processo de desregulação e flexibilização dos movimentos de capital que engendraram a crescente autonomização do capital, a intensificação secular do seu movimento de conglomeração, a transformação das estruturas organizacionais das empresas, o aumento progressivo da terceirização etc. Os impactos territoriais desta nova dinâmica capitalista devem captar que, em primeiro lugar, esses capitais desregulados e conglomerados irão se destinar segundo a lógica da rentabilidade, tornando o conceito de “atratividade” o parâmetro de política dos espaços e os lugares concretos de tais fluxos as áreas metropolitanas e as grandes aglomerações urbanas.

Neste sentido, foi se configurando uma estrutura em que os impulsos dinâmicos e inovadores do capitalismo provêm de algumas metrópoles centrais, que não são mais sistemas autocentrados, mas estruturam redes múltiplas em que as cidades latino-americanas que já haviam se destacado em seus contextos regionais, no avanço da acumulação flexível, se constituem como nós da rede mundial de cidades globalizadas. A partir deste momento, aponta Mattos (2015), estas cidades iniciam um ciclo de modernização capitalista onde um dos objetivos principais é a articulação com o capitalismo global.

Este novo estágio globalizado do capitalismo contemporâneo age no sentido da redução de importância (política e econômica) da escala nacional, para dar relevância, em contrapartida, a escala local. Segundo Fernandes e Cano (2011), esta nova concepção do poder público local consiste num ajuste reativo e subordinado aos interesses econômicos hegemônicos, de forte conteúdo rentista, cujas bases estão assentadas numa renovada aliança que envolve velhos interesses, como os interesses rentistas urbano-imobiliários, interesses rentistas financeiros etc.

É necessário destacar a relevância da acumulação financeira para a reconfiguração das estruturas espaciais. Esta mudança de ênfase da produção de mercadorias para a especulação financeira impulsionaria espetaculares crescimentos no mercado financeiro ao passo que as fronteiras espaciais passam a mudar cada vez mais rapidamente, motivando realocações de plantas industriais e outros ativos, em busca agora não apenas de trabalho barato e locações vantajosas, mas também de zonas monetárias

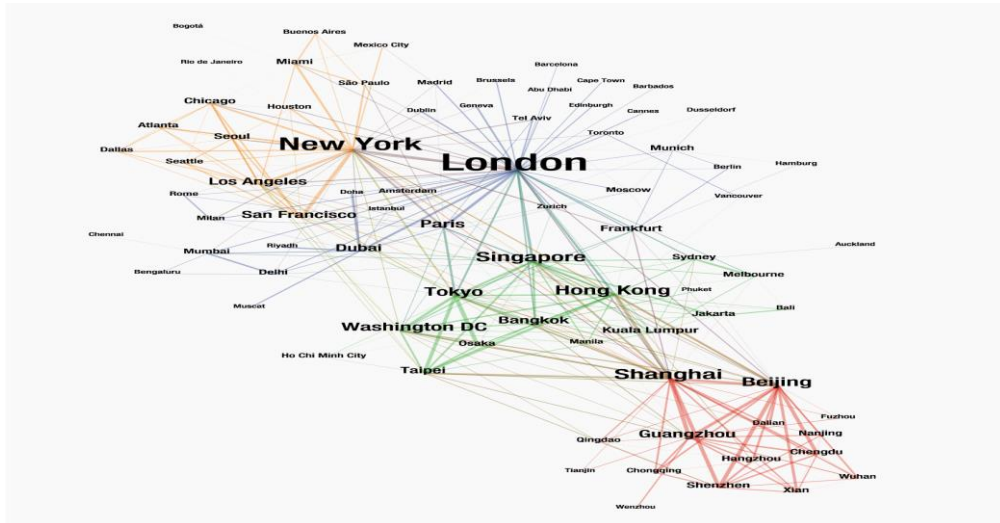
favoráveis. O interesse por locações em que a movimentação financeira se desenvolve com condições vantajosas acarreta, por sua vez, na reconcentração destas atividades em algumas poucas cidades, levantando conceitos como o das “cidades globais” (FERNANDES e CANO, 2011).

De acordo com Fernandes e Cano (2011), verifica-se que à medida que evolui a financeirização e a transnacionalização da acumulação capitalista, um duplo movimento de redefinição das escalas de ação político-econômica entra em ação: um, para “cima”, de integração global da atividade econômica e da decisão política, e outro, para “baixo”, de descentralização para a escala local da organização da vida cotidiana em favor do setor rentista.

Um dos possíveis indicadores desta dinâmica desigual de inserção das grandes cidades no jogo capitalista internacional está na intensidade dos fluxos de voos de primeira classe ou classe executiva. Neste indicador, as viagens aéreas de alto padrão, utilizadas por empresários e financistas das principais capitais mundiais, são parâmetro para identificar as cidades mais globalizadas no capitalismo contemporâneo. A Figura 3 apresenta este indicador através de um gráfico levantado pelo *Wealth Report 2017*, mostrando a tendência de conexão entre as principais cidades globais. As cidades mais conectadas na rede mundial são aquelas com a maior fonte e mais próximas do centro da imagem, ao passo que a proximidade uma da outra representa o maior tráfego entre tais pontos, tal como a espessura da linha.

Nela estão claras as posições de importância na rede global de cidades como Londres, Nova York, Hong Kong e Singapura. Na América Latina, destacam-se São Paulo, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Bogotá e Cidade do México.

Figura 3 - Nível de ligação de cada cidade individualmente e volume do fluxo de passageiros da primeira classe ou classe executiva entre cidades, 2017



Fonte: Wealth Report, 2017.

A nova lógica de modernização e acumulação capitalista nas cidades fez emergir, também, uma determinada estratégia político-argumentativa que Compans (2007) chama de “empreendedorismo público urbano”. Utilizando o caso da cidade do Rio de Janeiro, a autora argumenta que este tipo de modelo técnico de gestão urbana, visando o aumento da competitividade a partir de uma lógica empresarial, é reflexo da nova ideologia de modernização das cidades para o capital. Esta estratégia de modernização funda-se no intuito de atrair investidores estrangeiros e empresas externas, de modo a permitir a inserção da economia urbana nos circuitos globais de circulação do capital.

A legitimação desta agenda política de modernização é apresentada a partir do processo de elaboração do Plano Estratégico do Rio de Janeiro. O foco no setor terciário avançado, nas “vantagens competitivas” e o aprofundamento das relações com a área privada, redistribuindo o poder político entre o setor público e o setor privado marcaram o Plano. Para Compans (2007), a elaboração do Plano Estratégico foi, antes de tudo, um acordo político entre o governo municipal e alguns segmentos do setor empresarial tendo

como objetivo a estratégia de modernização das condições locais da acumulação capitalista.

Desta articulação, Compans (2007) argumenta que os setores mais beneficiados foram aqueles do capital cuja lucratividade estava associada a ganhos patrimoniais e especulativos advindos da localização privilegiada da propriedade imobiliária no território municipal. O que a análise da autora sintetiza é que a experiência de adoção desta estratégia enraizada no modelo do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro contribuiu para a legitimação de uma associação de interesses públicos e privados, que resultou na diluição do primeiro. Acentuando ainda mais as desigualdades urbanas, esta estratégia ofereceu às elites dirigentes um poderoso instrumento de acumulação que permitiu preservar as relações históricas de dominação política e de decisão pública.

5. Financeirização e a dinâmica desigual da urbanização: comentários sobre o Rio de Janeiro no capitalismo contemporâneo

As cidades, especialmente as grandes metrópoles, constituem espaço de excelência do capitalismo contemporâneo ditado pelas finanças. O aprofundamento da lógica da “cidade empresarial”, voltada especialmente para os interesses do capital estrangeiro, é uma marca deste período. Pela ótica do investimento, a dinâmica de minimização dos custos e maximização dos lucros engajada pelos capitais privados faz com que a intensificação da financeirização direcione fluxos de investimentos para áreas urbanas já em expansão ou mais “lucrativas” (FAINSTEIN, 2016).

A análise dos impactos da financeirização nos espaços urbanos, como já mencionado, pode ser feita em diversas vertentes. Uma que vem ganhando destaque em diversas pesquisas é a busca da relação do capital estrangeiro com as empresas incorporadoras de capital aberto e sua influência no espaço urbano construído. São os eixos que conectam as transformações de ativos imobiliários em ativos líquidos negociáveis em mercados financeiros, apontando para suas características especulativas e instáveis. Apesar disto, como também mencionado, o caráter financeiro do sistema contemporâneo, juntamente com a ascensão da ideologia neoliberal, contribuiu para o

aprofundamento das desigualdades através de um poderoso movimento de concentração da renda e transformação dos ativos das famílias em ativos cada vez mais financeirizados.

Em uma perspectiva global, a tendência de concentração da riqueza nas cidades mostra a dominância de espaços urbanos norte-americanos e asiáticos. Embora Londres fique em primeiro lugar no índice de Riqueza nas Cidades, elaborado pelo *Wealth Report* 2017 do Instituto *Knight Frank*, nenhuma outra cidade europeia ficou entre as 10 cidades com maior concentração de riqueza individual. Este índice leva em conta fatores como a população atual pertencente ao grupo de indivíduos com alto patrimônio líquido, acima de 30 milhões de dólares fora suas residências principais, além do total de investimento privado em propriedades e da “conectividade” com o resto do mundo através de voos de primeira classe ou classe executiva. Da América Latina, apenas São Paulo e Cidade do México entraram no top 40 da lista.

Isto não quer dizer que o processo de financeirização e sua consequente concentração da riqueza não esteja influenciando os espaços urbanos latino-americanos. Como aponta Fix (2007), no estudo do circuito imobiliário e da máquina paulistana de crescimento, apesar de algumas cidades da periferia capitalista não serem consideradas “cidades globais” propriamente ditas, como nos termos de Nova York, Londres e Tóquio, elas fazem parte de um processo de incorporação de um número crescente de centros financeiros, sendo um dos modos pelos quais o sistema financeiro global se expande.

A expansão do sistema financeiro, por sua vez, calcado nos fundamentos principais do neoliberalismo, e seu poder de restaurar a influência de classe das elites mais ricas, acaba por estruturar, progressivamente, áreas urbanas divididas e conflituosas. De acordo com Harvey,

Os resultados são indelevelmente cáusticos sobre as formas espaciais de nossas cidades, que consistem progressivamente em fragmentos fortificados, comunidades fechadas e espaços públicos privatizados mantidos sob constante vigilância. No desenvolvimento mundial, a cidade está se dividindo em diferentes partes separadas, com aparente formação de muitos “microestados”. Vizinhanças riquíssimas providas com todo os tipos de serviços, como escolas exclusivas, campos de golfe, quadra de tênis e patrulhamento privado da área em torno. (HARVEY, 2012, p.81).

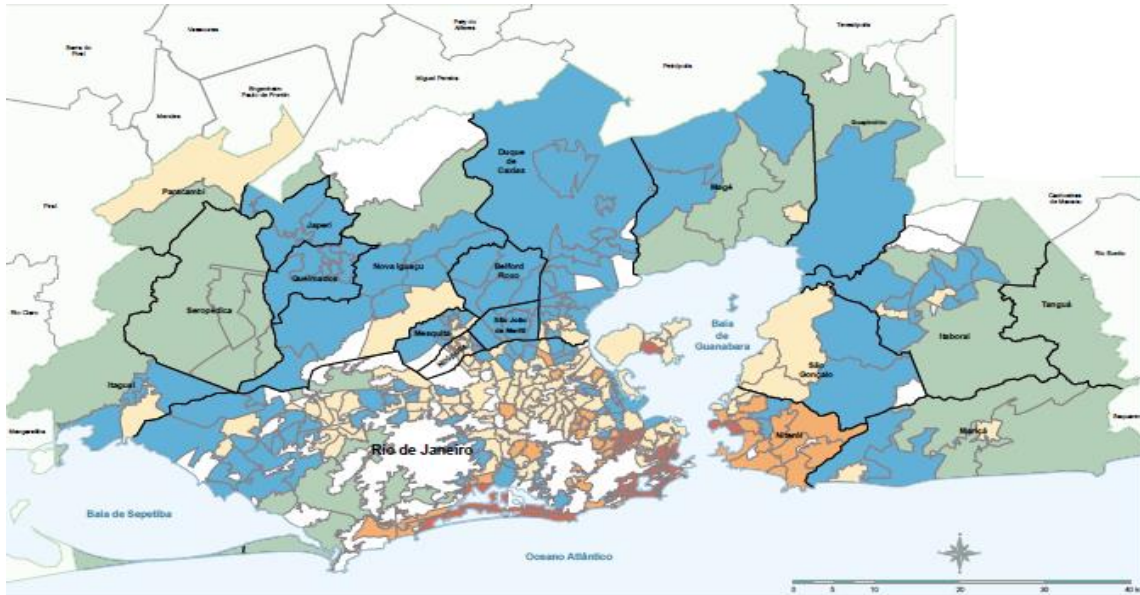
Parte fundamental da metodologia para se compreender os fenômenos recentes do capitalismo sobre as estruturas urbanas está em olhar para o esvaziamento da condição

do trabalho e seu assalariamento, assim como o desmonte dos Estados de bem-estar social e as progressivas transformações da reestruturação econômica nos espaços metropolitanos. Para Ribeiro (2015), um dos componentes do mecanismo que traduziu em segregação territorial a desigualdade do poder econômico e político foi a “irrupção na estrutura social de uma nova classe média profissional com a industrialização do país, mais conhecida como a alta classe média” (RIBEIRO, 2015, p.26).

Kaztman e Ribeiro (2008) também apontam para as novas modalidades de acumulação associadas à globalização como elementos explicativos da geração de segregações sociais nos espaços urbanos latino-americanos. A elevação dos níveis de qualificação necessários ao acesso às ocupações estáveis e protegidas, a flexibilização das relações de trabalho e a liberalização do mercado imobiliário são todos fatores constitutivos destas novas modalidades de diferenciação urbana, que geram constantemente vencedores e perdedores. Os vencedores, neste caso, acabam por se deslocar para os bairros específicos de maior *status* social, e em algumas metrópoles passam a gozar de benefícios e proteções oferecidas por formas privadas de urbanização e de produção da moradia.

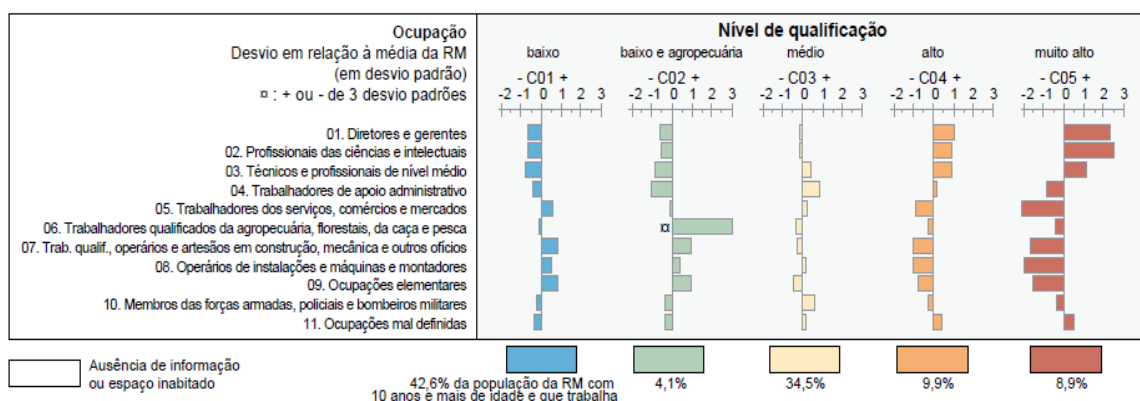
Vejamos os contornos desta dinâmica na região metropolitana do Rio de Janeiro. A partir do atlas das condições de vida na RM do Rio de Janeiro, elaborado por Jacob, Hees e Waniez (2014) da PUC-RJ, é possível identificar que o nível de qualificação destas novas classes é um dos pontos que mais estruturam, com delimitações bem definidas, o grau de segregação na cidade. O atlas estabeleceu um sistema de codificação hierarquizado que leva em conta, simultaneamente, o nível de qualificação e o setor de atividade, apontando as classes 4 e 5, de maior qualificação e caracterizadas pela importância de diretores e gerentes, profissionais das ciências e intelectuais, juntando cada classe cerca de 10% do número de trabalhadores da RM do Rio de Janeiro. Por sua vez, o mapa da ocupação e do nível de qualificação por setor registra os locais de residência da população economicamente ativa.

Figura 4 - Ocupações e nível de qualificação dos ativos na RM do Rio de Janeiro, 2010



Fonte: Jacob, Hees e Waniez, 2014; IBGE, Censo demográfico 2010.

Figura 5 - Legenda das ocupações e do nível de qualificação dos ativos na RM do Rio de Janeiro, 2010.

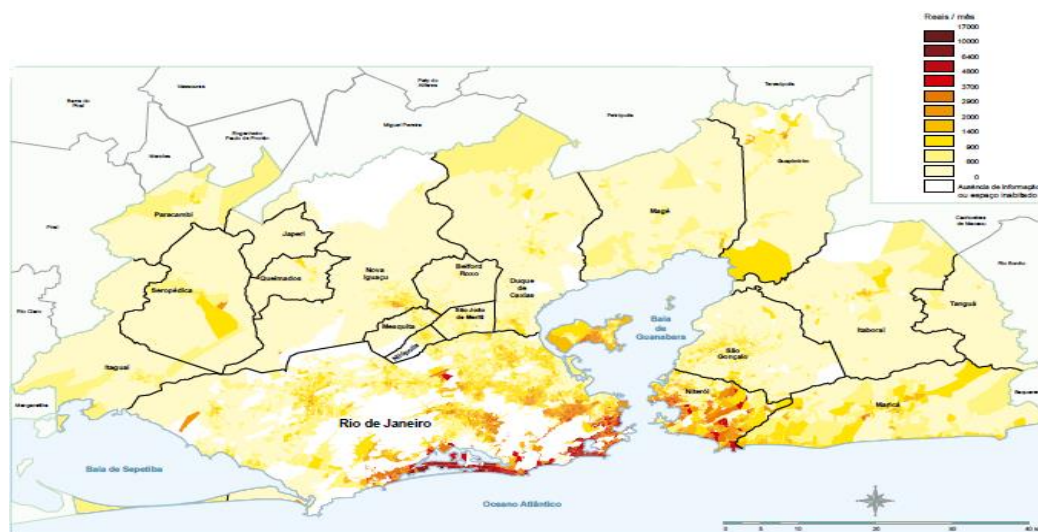


Fonte: Jacob, Hees e Waniez, 2014; IBGE, Censo demográfico 2010.

Desta forma, as classes 4 e 5 mostram os níveis de qualificação mais altos. Na classe 4 temos partes da cidade como Recreio dos Bandeirantes, Jacarepaguá, São

Conrado, Catete, Glória e Niterói. A classe 5 apresenta um padrão ainda mais concentrado, tomando partes da Barra da Tijuca e da Zona Sul do Rio de Janeiro, como Copacabana, Ipanema e Leblon. Tais dados coincidem com os referentes aos rendimentos dos habitantes da RM do Rio de Janeiro. Nestes termos, o Rio também apresenta fortes contrastes e diferenciações do seu espaço urbano, evidenciando a segregação socioespacial presente na cidade.

Figura 5 - Valor do rendimento nominal médio mensal



Fonte: Jacob, Hees e Waniez, 2014; IBGE, Censo demográfico 2010.

As maiores rendas (áreas mais escuras no mapa), assim como os maiores níveis de qualificação, se encontram especialmente na Zona Sul e na Barra da Tijuca, e mesmo dentro destes espaços, há destaque para as orlas, especialmente a dos bairros de Ipanema e Leblon. Desta forma, a região litorânea da cidade acaba por apresentar os melhores níveis de bem-estar urbano, enquanto a maior parte da RM do Rio de Janeiro, com destaque para a Baixada Fluminense⁷, arca com os piores índices de rendimento, escolaridade, emprego e bem-estar urbano de uma forma geral.

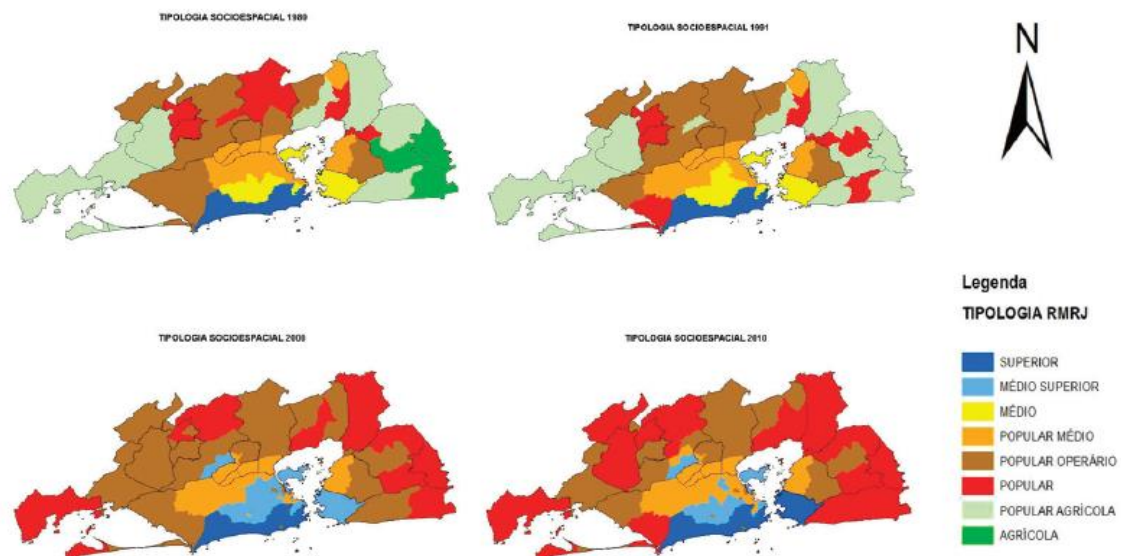
De acordo com Ribeiro e Ribeiro (2015), a estrutura social da metrópole do Rio de Janeiro, considerando o período de 1980-2010, apresenta uma tendência à dualização, e o capital mercantil possui uma significativa participação neste fenômeno.

⁷ Para maiores detalhes sobre os indicadores socioeconômicos da Baixada Fluminense, ver o Mapa das Desigualdades, elaborado pela Casa Fluminense: <http://casافلuminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>

Assim, apesar do comportamento específico de alguns segmentos sociais, quando consideramos a estrutura social como um todo ao longo desse período, observamos uma estrutura social mais dualizada, em que essa dualização é fortemente marcada por grupos sociais vinculados ao setor terciário tanto no topo quanto na base dessa estrutura, o que reforça a importância do capital mercantil como mecanismo de explicação das posições sociais da metrópole do Rio de Janeiro. (RIBEIRO E RIBEIRO, 2015, p. 175).

Procurando entender como essa estruturação social se traduziu na organização social do território da metrópole, os autores apresentam ainda a tendência não apenas da RM do Rio de Janeiro, mas também de outras metrópoles brasileiras, à intensificação da segregação das camadas superiores da estrutura social, confirmando assim certa “elitização” das áreas já nobres. Identificam, ainda, certa diversificação do território a partir do momento em que estas camadas superiores também passam a se deslocar para outras áreas da cidade. Desta forma, a diversificação é paradoxal, uma vez que é acompanhada de polarização. Essas transformações nos tipos socioespaciais, isto é, a identificação das mudanças na estrutura social e sua representação no espaço físico são apresentadas na Figura 6 a seguir.

Figura 6 - Tipologia socioespacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: Ribeiro e Ribeiro (2015), Observatório das Metrôpoles.

A respeito disto, os autores afirmam que:

Portanto, observamos ao longo desse período a ampliação dos espaços de tipo superior na metrópole do Rio de Janeiro, mas concentradores

dos grupos sociais de posições mais elevadas da estrutura social, o que torna o território metropolitano cada vez mais polarizado em relação aos espaços populares que também têm se tornado cada vez mais populares. Tanto a ampliação concentradora dos espaços superiores da metrópole quanto as mudanças ocorridas nos espaços populares podem ser comandadas pela mesma força social, constituída naquilo que chamamos de capital mercantil. (RIBEIRO E RIBEIRO, 2015, p. 186).

Estes dados apontam a natureza da segregação fluminense, com as áreas litorâneas concentrando as maiores rendas (e riquezas) e os maiores níveis de bem-estar social da cidade. São estas áreas “centrais” da metrópole onde o padrão de provisão de serviços e infraestrutura se aproxima dos padrões globais fundados pelo corporativismo das altas classes médias (RIBEIRO, 2015).

Mesmo nas áreas de fato centrais da metrópole, as dinâmicas do capital financeiro e a lógica do empreendedorismo global vem ganhando cada vez mais espaço, com projetos de recuperação de zonas antes populares em favor dos interesses do capital. Neste sentido, Werneck (2017) destaca o arranjo institucional-financeiro em torno do projeto de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro, o Porto Maravilha, e como os grupos financeiros que participam deste possuem seus lucros assegurados por meio de diversas cláusulas que, no contexto da parceria público-privada que foi instaurada, relegam grande parte dos ônus para o poder público.

Apesar de demonstrar tais características, não é possível apenas a partir deste nível de análise delimitar os impactos da financeirização e das transformações da reestruturação produtiva nos contornos da desigualdade urbana do Rio de Janeiro. Mesmo sendo uma importante peça da economia nacional, a região metropolitana fluminense não apresenta a mesma dinâmica financeira que São Paulo, por exemplo, que ainda se constitui como o centro de decisão político-financeiro do país.

Neste sentido, pode ser prematuro apontar os impactos da financeirização e da reestruturação econômica nos empregos e na renda como os componentes principais das novas formas de divisão e segregação do espaço urbano do Rio de Janeiro, especialmente quando as elites e os grandes grupos financeiros se concentram particularmente em São Paulo. Isto não quer dizer que novas formas e vetores de segregação não estejam atuando na região fluminense a partir dos fenômenos analisados. Apesar da dificuldade em identificar as novas tendências de organização do espaço social das metrópoles, verificam-se cada vez mais certas tendências que, mesmo no capitalismo contemporâneo,

confirmam a lógica desse sistema em diferenciar os espaços. Tais tendências envolvem tanto a crescente elitização de áreas já nobres, quanto o dismantelamento de bairros tipicamente operários e a expansão da lógica mercantil com o crescente número de empreendimentos para construção de shoppings e espaços de lazer privados mesmo nas áreas periféricas.

6. Considerações Finais

A produção e organização do espaço das cidades devem ser compreendidos como processos sociais. Neste processo, a desigualdade urbana se encontra como um denominador comum no mundo das cidades. Nas cidades capitalistas, em que a produção imobiliária empresarial determina a dinâmica do espaço metropolitano, buscando sempre a sobrevalorização de imóveis e de bairros já elitistas, a produção da cidade termina por se revestir de características perversamente excludentes. Em diversas cidades, antigos padrões de desigualdade, estruturados historicamente, passam a convergir com novas dinâmicas que contribuem para o estriamento e a segregação do espaço urbano, e o objetivo deste texto foi lançar luz sobre os processos de financeirização e reestruturação econômica enquanto essas novas dinâmicas moldadoras das metrópoles, especialmente no que concerne seus impactos na concentração da renda e da riqueza.

Foram discutidas as relações entre a desigualdade econômica e social e as desigualdades urbanas, mostrando que estas possuem uma complexa relação entre si por se caracterizarem como fenômenos multidimensionais. A forma mais imediata de impressão física e social da desigualdade nas cidades é a segregação urbana. Espaços urbanos emblematicamente diferenciados e divididos por diversas linhas, sejam econômicas, sociais, raciais ou culturais. A segregação econômica, entretanto, tende a se estruturar ainda mais com os movimentos de concentração da renda e da riqueza proporcionados pelas novas dinâmicas do capitalismo contemporâneo. Desta forma, foram também discutidos alguns conceitos de financeirização, o padrão sistêmico de riqueza típico do período atual, e de reestruturação econômica nos espaços metropolitanos, apontando não apenas como o primeiro contribuiu para uma extrema concentração da riqueza, como o segundo para a configuração nas cidades de uma lógica

econômica voltada para os mercados globais e para a conformação de uma elite excludente.

No caso do Rio de Janeiro, foram apresentados alguns mapas que demonstraram como não apenas as maiores rendas se concentram em partes específicas da cidade, especialmente a orla da Zona Sul e da Barra da Tijuca, como os maiores níveis de qualificação também, concentrando diretores, gerentes, cientistas, TI's etc. A mesma dinâmica se aplica para os níveis de escolaridade, qualidade do transporte, bem-estar urbano etc. Assim, a RM do Rio de Janeiro se apresenta como um espaço segregado, onde as melhores condições de vida urbana estão concentradas em determinadas áreas da cidade.

Apesar da crise financeira do estado, seu esvaziamento econômico nas últimas décadas e de não se constituir o *locus* principal do capital financeiro no país, não se pode negar as tendências e ações do capitalismo contemporâneo sobre sua estrutura urbana, seja através dos megaeventos e obras de revitalização realizadas no centro da cidade com papel do capital financeiro, seja no movimento de elitização de bairros já nobres com a profunda concentração da renda. Tudo isto contribui para que o direito à cidade, na era do neoliberalismo e do capitalismo financeirizado, onde ricos ficam mais ricos, e pobres ficam mais pobres, seja um desafio ainda maior.

Referências Bibliográficas

- BRAGA, J. C (1997). **Financeirização global: o padrão sistêmico da riqueza do capitalismo**. In: FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. (Org.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização (pp. 195-242). São Paulo: Vozes.
- BRAGA *et al* (2017). **For a political economy of financialization: theory and evidence**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 26, Número Especial, p. 829-856.
- CANO, W. e FERNANDES, A. C. (2011). **O movimento do pêndulo: justiça social e escalas espaciais no capitalismo contemporâneo**. In: CANO, W. (2011). Ensaios sobre a crise urbana do Brasil. Campinas, SP: Ed. Unicamp, pp. 287-325.
- CAMPOLINA DINIZ, C.; CAMPOLINA, B. (2007). **A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções**. EURE (Santiago), v. 33, n. 98, p. 27-43, 2007.
- CASTEL, R (1998). **As metamorfoses da questão social**. Editora Vozes, Petrópolis.
- COMPANS, R (2007). **Empreendedorismo Urbano Entre O Discurso E a Prática**. São Paulo: UNESP.
- DEDECCA, C. S (2010). **Trabalho, financeirização e desigualdade**. Texto para discussão, n.174, IE/UNICAMP.
- FAINSTAIN, S (2016). **Financialisation and justice in the city: A commentary**. Urban Studies, vol.53, n.7. P.1503-1508.

- FINE, B (2013). **Financialization from a Marxist Perspective**. International Journal of Political Economy, 42:4, 47-66.
- HARVEY, D. (2012). **O direito à cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez.
- KAZTMAN, R; RIBEIRO, L.C.Q (2008). **Metrópoles e sociabilidade: os impactos das transformações socioterritoriais das grandes cidades na coesão social dos países da América Latina**. Cadernos Metrôpole 20, p.241-261.
- KNIGHT FRANK INSTITUTE (2017). **The Wealth Report 2017**, 11th edition.
- MARICATO, E (2002). **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In.: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Editora Vozes, Petrópolis.
- MATTOS, C. A. (2015). **Revolución urbana: Estado, mercado y capital em América Latina**. Santiago: RIL Editores/Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales UC, “Movimientos del capital y expansión metropolitana en las economías emergentes latinoamericanas”, p. 61-90.
- MIOTO, B (2015). **As políticas habitacionais no subdesenvolvimento**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). IE, UNICAMP.
- MUSTARD, S; OSTENDORF, (1998). **Urban segregation and the Welfare State: inequality and exclusion in western cities**. Routledge, London and New York.
- NOVAIS, P. (2014). **Urbanismo na cidade desigual: o Rio de Janeiro e os megaeventos**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.16, n.1, p.11-33.
- PALLEY, T. (2013). **Financialization: the economics of finance capital domination**. London: Palgrave Macmillan.
- RIBEIRO, M. G (2016). **Desigualdades urbanas e desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras**. Dossiê Sociologias, ano 18, n.42, p.198-230, Porto Alegre.
- RIBEIRO, L.C.Q (2015). **A ordem urbana na metrópole do Rio de Janeiro: caminhos e síntese**. In.: RIBEIRO, L.C.Q (Org.). Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- RIBEIRO, L.C.Q; RIBEIRO, M.G. (2015). **Segregação residencial: padrões e evolução**. In.: RIBEIRO, L.C.Q (Org.). Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- SANFELICI, D (2013). **Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate**. Revista EURE, vol.39, n.118, pp.27-46.
- SINGER, P (1979). **Economia política da urbanização**. Contexto: São Paulo, 1998.
- TELLES, V. (1993). **Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo**. Caderno CRH 19, Salvador.
- TILLY, C (1998). **Durable Inequality**. University of California Press, Berkeley and Los Angeles.
- TONKISS, F. (2013). **Cities by design: the social life of urban form**. Polity Press, Cambridge.
- VILLAÇA, F. (2011). **São Paulo: segregação urbana e desigualdade**. Estudos avançados, vol. 25, n.71.